

Símbolos Adinkra na paisagem do Patrimônio Cultural de São Cristóvão/SE

Leitura afrocentrada no sítio urbano tombado pela Unesco

ET4: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Isabela Stiegert

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

E-mail: isabela.stiegert@ifs.edu.br

Caliane Costa dos Santos da Conceição

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

E-mail: caliane.conceicao@ifs.edu.br

Anna Julia Santos Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

E-mail: anna.silva061@academico.ifs.edu.br

Natalia Santos De Freitas Andrade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

E-mail: natalia.andrade087@academico.ifs.edu.br

Milena Ramiro Silva

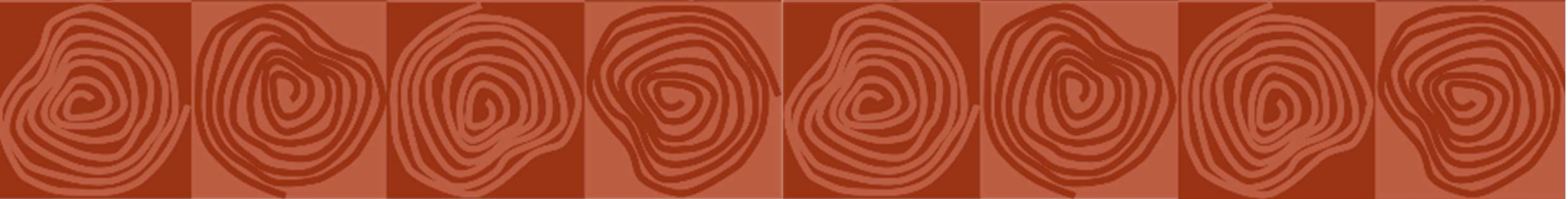
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

E-mail: milena.silva103@academico.ifs.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre a presença de símbolos Adinkra, de origem Akan, na paisagem urbana do Centro Histórico de São Cristóvão/SE, área reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Partindo de uma abordagem afrocentrada que busca desconstruir leituras eurocentradas do patrimônio edificado, o estudo visa mapear e interpretar elementos arquitetônicos e ornamentais encontrados nas praças São Francisco e Getúlio Vargas e seus entornos, articulando-os à memória negra e à formação sociocultural brasileira. A pesquisa combina revisão bibliográfica, levantamento de campo, registro fotográfico e mapeamento georreferenciado, com análises comparativas entre o perímetro tombado pela UNESCO e o tombamento federal pelo IPHAN. Os resultados preliminares evidenciam a existência de signos que dialogam formalmente com símbolos Adinkra, indicando possíveis sobrevivências e ressignificações das cosmologias africanas na paisagem colonial. A investigação busca contribuir para a valorização da herança africana na arquitetura brasileira e para o fortalecimento de práticas patrimoniais plurais e afrocentradas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Adinkra; Afrocentricidade; Paisagem Urbana.



ABSTRACT

This article presents the results of an investigation into the presence of Adinkra symbols, of Akan origin, in the urban landscape of the Historic Center of São Cristóvão/SE, an area recognized as a World Heritage Site by UNESCO. Using an Afrocentric approach that seeks to deconstruct Eurocentric readings of built heritage, the study aims to map and interpret architectural and ornamental elements found in São Francisco and Getúlio Vargas squares and their surroundings, linking them to Black memory and Brazilian sociocultural formation. The research combines bibliographic review, field surveys, photographic documentation, and georeferenced mapping, with comparative analyses between the UNESCO-listed perimeter and the federal listing by IPHAN (National Institute of Historic and Artistic Heritage). Preliminary results show the existence of signs that formally dialogue with Adinkra symbols, indicating possible survivals and resignifications of African cosmologies in the colonial landscape. The investigation seeks to contribute to the appreciation of African heritage in Brazilian architecture and to the strengthening of plural and Afrocentric heritage practices.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Adinkra; Afrocentricity; Urban Landscape.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil, foi a primeira capital do estado de Sergipe, e, durante a sua formação urbana, passou por influências de ordenação territorial de colonização portuguesa e espanhola, por ter sido fundada durante o período da União Ibérica. Ela está situada em sítio elevado e dividida, portanto, entre cidade baixa e cidade alta, parte esta que concentra as construções religiosas e as áreas tuteladas por instituições de preservação patrimonial a nível federal e mundial (IPHAN, 2010).

Seu conjunto urbano foi reconhecido como Patrimônio Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1967 e como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2010, além de haver proteção local e estadual. Suas praças centrais, São Francisco e Getúlio Vargas, integram um tecido urbano marcado pela arquitetura colonial, por onde se inscrevem formas, materiais e espacialidades que narram parte da história brasileira. Entretanto, a interpretação hegemônica desse patrimônio, e de outros espaços similares no Brasil, frequentemente se ancora em uma leitura eurocentrada, que invisibiliza as contribuições africanas na conformação simbólica, construtiva e cultural desses espaços.

O processo de escravização, embora devastador, não apagou os saberes, práticas e símbolos das culturas africanas. Ao contrário, muitos desses elementos sobreviveram — ainda que de forma oculta ou marginal — nos gestos construtivos, nas formas ornamentais e nas estratégias espaciais presentes em diversos sítios urbanos brasileiros. Conforme aponta Carneiro (2005), o racismo não opera apenas no campo das relações sociais, mas na produção de conhecimento, eliminando ou subordinando as epistemologias negras. Nesse sentido, a presença africana na arquitetura precisa ser reconhecida para além da força de trabalho, como potência simbólica, estética e técnica.

Entre os legados africanos que atravessaram o Atlântico, os símbolos Adinkra, oriundos da cultura Akan, da África Ocidental, apresentam um universo de signos gráficos que condensam princípios filosóficos, valores éticos e espiritualidade. Asante (2009), ao propor a teoria da afrocentricidade, afirma que a centralidade do sujeito africano é essencial para a reafricanização dos modos de ver e interpretar os fenômenos relacionados aos povos africanos. No campo da

arquitetura e do patrimônio, essa perspectiva abre caminhos para uma leitura crítica dos elementos simbólicos presentes em fachadas, gradis, ornamentos e traçados, permitindo o reconhecimento de inscrições culturais negras na paisagem colonial.

A análise da arquitetura enquanto lugar de disputa de memórias — como propõe Nascimento (2003) — exige que se investiguem os elementos que denunciam ou anunciam presenças negras, mesmo quando omitidas pelos registros oficiais. Gonzalez (1988) corrobora com este pensamento ao afirmar que é urgente "afro-latinar o pensamento", ou seja, revisitar a produção de conhecimento sobre o Brasil a partir das cosmovisões e vivências negras.

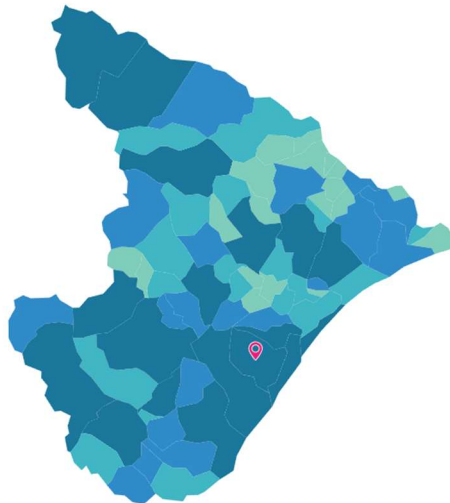
Neste contexto, este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre a presença de símbolos Adinkra, de origem Akan, na paisagem urbana do Centro Histórico de São Cristóvão/SE inscritos no perímetro urbano reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Patrimônio e paisagem urbana em São Cristóvão/SE

O município de São Cristóvão foi fundado em 1590 e foi a primeira capital do atual Estado de Sergipe, além de ser considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil. Localizada na microrregião de Aracaju (Figura 1), possui uma população estimada em 2025 de 101.213 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1: Localização de São Cristóvão no estado de Sergipe

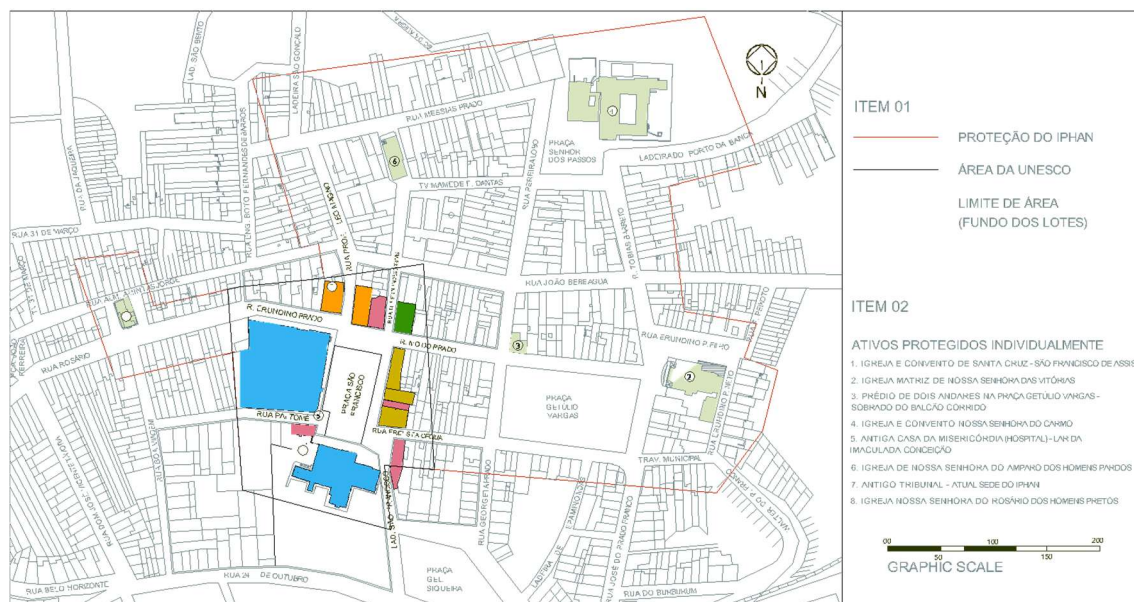


Fonte: IBGE, 2022.

Seu centro histórico, em especial a Praça São Francisco e arredores, é um conjunto monumental excepcional e homogêneo, composto de edifícios públicos e privados que representam o testemunho único do período durante a União Ibérica, no qual as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas, entre 1580 e 1640. Diversos edifícios históricos da cidade foram tombados individualmente pelo Iphan, entre 1941 e 1942 como patrimônio material, como a Igreja e Convento de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, o Conjunto Carmelita, a Igreja de Nosso Senhor dos Passos e o sobrado de Balcão Corrido da Praça da Matriz, entre outros exemplares da arquitetura civil e religiosa. Em 1967, o conjunto urbano de São Cristóvão foi tombado também a nível nacional (IPHAN, 2010).

A integridade deste conjunto, aspecto relevante aos reconhecimentos de tutela patrimonial, está assegurada de acordo com o IPHAN (2010), uma vez que em seus limites estão compreendidos os atributos necessários para transmitir seu valor universal excepcional, que estão intactos e completos e não se encontram sob ameaça. Os contornos tutelados pelo IPHAN e pela UNESCO podem ser vistos na Figura 2, na qual a linha de cor vermelha representa o perímetro nacional e a linha de cor preta o perímetro protegido a nível mundial.

Figura 2: Perímetros de tombamento pelo IPHAN e pela UNESCO



Fonte: Adaptado de IPHAN, 2010.

A praça de São Francisco, elemento central do perímetro tombado pela UNESCO, foi implantada de acordo com o comprimento e a largura exigida pela Lei IX das Ordenações Filipinas e incorpora o conceito de Praça Maior (Plaza Mayor) como empregado nas cidades coloniais da América hispânica, inserida no padrão urbano português de cidade colonial em uma paisagem tropical. Por isso, ela é considerada uma notável simbiose do planejamento urbano de cidades de origem ibérica (IPHAN, 2010).

O dossiê de candidatura da praça de São Francisco e entorno imediato à UNESCO defende seu valor universal excepcional por ser identificado como sítio urbano integrante e representativo do processo cultural composto nos diversos períodos históricos da vida local e da região Nordeste brasileira (IPHAN, 2010).

O Conjunto Arquitetônico da Praça e do Convento de São Francisco é um dos mais expressivos remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e pelas Irmandades consorciadas na Colônia Portuguesa do Brasil. Em São Cristóvão, a ampla praça criada à frente da igreja remete claramente à Lei IX das Ordenações Filipinas. (...) Ao mesmo tempo, constitui-se local e objeto referencial tanto para a vida atual e pretérita da cidade, como para a porção de arquitetura religiosa na cultura européia adaptada aos trópicos americanos. Também sob este aspecto diferencia-se das demais que não possuem essa característica de forma acentuada como a de São Francisco a lembrar ainda mais a tradicional “Plaza Mayor” espanhola. Nesse sentido a Praça São Francisco representa um registro íntegro e autêntico de um fenômeno urbano singular no Brasil, que tem como contexto um período representativo de sua história: a aliança das coroas portuguesa e espanhola sobre o domínio dos reinados de Felipe II e Felipe III (IPHAN, 2010, p. 3).

De acordo com o IPHAN (2010), a Praça São Francisco é o mais importante logradouro da cidade e é formada pelo conjunto do Convento Franciscano, que define o limite norte; o conjunto da Igreja e Santa Casa de Misericórdia, que compõem o limite leste; ao sul, o sobrado do antigo Palácio Provincial, hoje Museu Histórico do Estado, e a sequência de casas térreas, numa das quais funciona a biblioteca municipal, configuram o quarto limite, pelo poente. No centro da praça, enriquecendo esse espaço urbano, localiza-se um cruzeiro, elemento característico da Ordem Franciscana, constituído por uma cruz assente em um pedestal formado por sucessão de superfícies curvas, todo em calcário (Figura 3).

Figura 3: Vista aérea e a nível do pedestre da Praça São Francisco



Fonte: IPHAN, 2010.

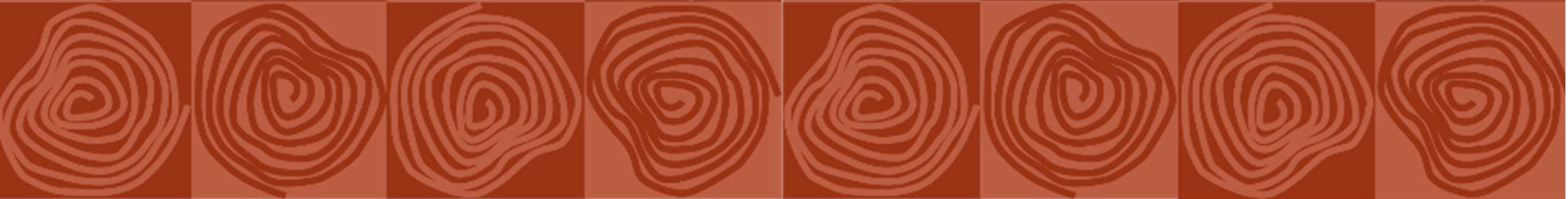
O perímetro tombado pela UNESCO contempla 11 edificações (além da praça) e concentra usos institucionais, residenciais e comerciais, conforme destacado na Figura 04.

Figura 4: Usos das edificações dentro do perímetro de tombamento pela UNESCO



Fonte: Adaptado de IPHAN, 2010.

Dentre os critérios segundo os quais pleiteou-se a inscrição à UNESCO como patrimônio da humanidade, destacamos os seguintes: 1) traçado urbano fruto da União Ibérica, considerado único por sintetizar características portuguesas e espanholas em sua ordenação territorial, como sua implantação fora da região costeira imediata (característica de ocupação espanhola) e em sítio elevado (característica de ocupação portuguesa); 2) A singularidade do convento de São Francisco, por ter sido o único entre outros conventos franciscanos a ter uma praça no prolongamento de seu adro e cujo claustro é considerado obra de arte excepcional no âmbito da arte e da arquitetura barrocas, pelo aproveitamento de material da região, o calcário, esculpindo motivos fitomórficos, em parte inspirados na flora tropical. Tais motivos constituíram



exemplos excepcionais da fusão de valores e cultura de povos europeus, indígenas e africanos, materializando uma obra de arte inédita; e 3) a permanência histórica da Praça São Francisco como local de expressão das manifestações da cultura tradicional e popular, pois permanece como local de encontro, celebrações, representações folclóricas e festas da religiosidade coletiva e das manifestações lúdicas e musicais (IPHAN, 2010).

Apesar do relatório do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão consultivo da UNESCO, indicar o adiamento da inscrição como patrimônio da humanidade após a avaliação do dossiê de candidatura (ICOMOS, 2010), a inscrição da Praça de São Francisco como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO ocorreu em agosto de 2010. Entre os 21 Estados-Partes do Comitê do Patrimônio Mundial, 16 haviam apresentado por escrito manifestações favoráveis à candidatura brasileira do bem.

2.1 Símbolos Adinkra e afrocentricidade na leitura do patrimônio

As lutas dos movimentos sociais, dos sujeitos políticos e de pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com a luta pelos direitos da população negra, bem como pela valorização da sua história e cultura na sociedade brasileira foram fundamentais para as conquistas das ações afirmativas que tem se materializado nos últimos anos na sociedade brasileira, sobretudo no campo da educação.

A Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos dos cursos em todos os níveis de ensino, posteriormente ratificada pelas orientações das Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Resolução nº1 de 17/06/2004) são marcos importantes que têm impulsionado as pesquisas nesta área de conhecimento, contribuindo para a combater o racismo institucionalizado nos currículos escolares.

Contudo, ainda há resistências de alguns setores acadêmicos em reconhecer as contribuições afro-brasileiras e africanas nas diferentes áreas do conhecimento científico, devido ao eurocentrismo que se perpetua na sociedade brasileira, conforme salienta o Parecer CNE/CP 003/2004 “ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática” (BRASIL, 2004, p. 5).

Observa-se, por exemplo, que historicamente há uma tentativa de negar a existência de um sistema de escrita no continente africano, uma dimensão do processo de epistemicídio - compreendido enquanto processo dos conhecimentos e do protagonismo dos africanos (as) e da população negra nas diásporas (Carneiro, 2005) - desde o processo de colonização. Contudo, já existem evidências de que no referido continente havia sistemas robustos de escrita. Asante (2024) destaca a existência de três sistemas de escrita principais, são eles: pictogramas, ideogramas e escritas silábicas. O autor destaca ainda que existem outras formas de comunicação como a “escrita de objeto” que foram muito utilizadas pelos africanos, inclusive como estratégia nas rotas de fuga no processo de escravização.

Desse modo, constata-se que as formas de comunicação no continente africano eram diversas, pois em cada sistema de escrita há uma variabilidade de outros sistemas derivados que compõem os grupos étnicos. Entre os Akan da África ocidental (atualmente a região que envolve os países de Gana, Burkina Faso e Togo) formados por diferentes etnias, e alimentados por rotas comerciais, destacando-se o comércio de ouro que era trocado por objetos como: vinho,

pimenta, tapetes, etc. Entre eles há uma diversidade de ideogramas: os símbolos Adinkras que representam mensagem abstratas e complexas, os djayobwe que era um tipo de bronze utilizado para pesar mercadorias; além do bastão do linguista e o GWA (banco do rei). “O banco do rei simboliza a autoridade do Estado, representando o poder político. [...] O bastão, geralmente com conteúdo simbólico proverbial, simboliza o Estado que o linguista representa” (Nascimento, 1997).

Dentre as etnias que compõem os Akan, destaca-se os Asantes que dominaram a região por muitos anos, conseguindo unificar culturalmente diversas etnias dessa região, constituindo uma espécie de nação. Segundo Carmo (2016), o seguinte evento teria sido crucial para unificação das etnias pelos Asantes:

Em 1697, Osei Tutu (reinando 1697-1731) convocou uma assembleia para transmitir mensagem que Nyame (N-yah-Maio), o deus supremo do Akans, tinha revelado a Okomfo. Nessa reunião, é dito que Okomfo Anokye derrubou, do céu, um banquinho de madeira, parcialmente coberto com ouro, para que Osei Tutu descansasse os joelhos (CARMO, 2016, p. 50).

Este evento simbolizou a ideia de unidade e prosperidade entre os Asantes e contribuiu para perpetuação da hegemonia desse grupo na região. Assim, dentre tantos legados deixados por esse grupo, destaca-se os Adinkras que fazem parte dos símbolos culturais que reflete sua cosmovisão, cada símbolo está emerso de costumes, valores e conceitos filosóficos que envolvem o modo de ser e estar no mundo daquela nação.

Embora alguns símbolos possam ser representados nos diferentes ideogramas, seus usos e sentidos variam de acordo com a cultura em que está inserido, conforme pode ser observado nas imagens abaixo, em que o ideogramas “duplo crocodilo” que são representados tanto como djayobwe, quanto na versão adinkra; do mesmo modo podemos observar o adinkra sankofa sob o formato do “GWA” (Figura 5).

Figura 5: O duplo crocodilo em djayobwe e em Adinkra



Fonte: Nascimento, 2022.

Os símbolos adinkra eram utilizados, inicialmente, por autoridades nos tecidos das roupas em ocasiões especiais e cerimônias fúnebres de pessoas próximas, sendo posteriormente popularizado nas cerâmicas, arquitetura e objetos, sendo utilizado por diversos grupos étnicos africanos (Songbe, 2024).

Com a formação compulsória da diáspora africana no Brasil diversos elementos das culturas africanas foram incorporados à sociedade brasileira, os adinkras são exemplos desse processo, que podem ser evidenciados na arquitetura brasileira, sobretudo em grades, portões, forros, azulejos e sacadas. Contudo, ainda há poucas pesquisas que registrem essa presença, devido ao processo de negação das contribuições africanas para a ciência e tecnologia.

Mostrar a presença das tecnologias africanas e afrodescendentes no Brasil implica contrapor a visão segundo a qual a população negra não detinha conhecimentos sofisticados, o que constitui uma tentativa de rompimento com as noções construídas a partir do racismo epistemológico muitas vezes institucionalizado. (Cunha Junior, 2016).

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em referenciais afrocentrados e em metodologias de leitura da paisagem urbana. A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas principais:

- I. Revisão bibliográfica sobre simbologias Adinkra, epistemologias afrocentradas e políticas de tombamento (UNESCO e IPHAN), visando construir o referencial teórico e os critérios de identificação morfológica;
- II. Delimitação e estudo do perímetro do tombamento da UNESCO no Centro Histórico de São Cristóvão/SE, a partir de levantamento documental e análise dos critérios de reconhecimento patrimonial;
- III. Trabalho de campo para identificação, registro fotográfico e catalogação de elementos arquitetônicos e ornamentais com potencial correspondência formal aos símbolos Adinkra, com foco nas praças São Francisco e Getúlio Vargas e seus entornos; e
- IV. Análise simbólica e espacial dos achados, envolvendo comparação morfológica com repertórios consolidados da cultura Akan. A interpretação dos resultados considerou dimensões históricas, culturais e patrimoniais, buscando compreender como remanescentes das cosmologias africanas se manifestam e se ressignificam na paisagem do sítio urbano tombado pela UNESCO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: MAPEAMENTO E ANÁLISE ESPACIAL DOS SÍMBOLOS ADINKRA NO PERÍMETRO TOMBADO PELA UNESCO

O trabalho de campo foi realizado no perímetro delimitado no tombamento realizado pela Unesco no Centro Histórico de São Cristóvão/SE, a partir de registros fotográficos nas edificações que o compõem, e posterior catalogação dos elementos arquitetônicos, buscando identificar se havia correspondência formal com os símbolos adinkras.

A pesquisa revelou a presença de símbolos adinkras em algumas edificações, principalmente nos gradis que compõem esses espaços. O reconhecimento de símbolos adinkras em gradis de ferro revela não só a presença desses elementos gráficos de origem africana na arquitetura brasileira, mas reafirma que a perpetuação dessa cultura só foi possível porque africanos (as) dominavam diversas técnicas, como fundição de ferro, que se desenvolveu no Reino Meroé por volta do século VI a.c e na África subsaariana entre 500 a.c. e 200 d.c espalhando-se pelo sul do continente através dos povos Bantu (Pinheiro, 2020).

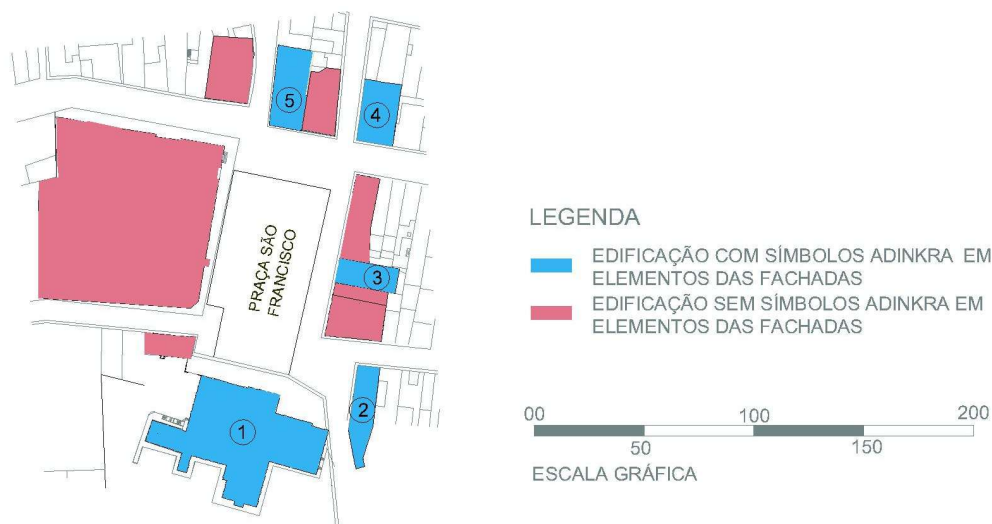
Embora existam inúmeros símbolos adinkras, conforme pode ser observado na obra de Nascimento (2022), nota-se que, dentre eles, o sankofa é o que se tornou mais conhecido na diáspora brasileira e, por isso, é encontrado com maior frequência nos gradis. Seu significado “voltar para buscá-la”, remete a importância de aprender com a experiência passada para guiar o presente e o futuro, essa filosofia é basilar para pensar a experiência de africanas (os) nas diásporas que lutaram e lutam para não perder suas raízes, apesar de toda tecnologia racista que insiste em apagar suas memórias ancestrais. O sankofa apresenta-se sempre na arquitetura das construções para alertar que o presente, enquanto fruto do processo de colonização, não representa a história e cultura desses sujeitos, é preciso voltar!

Além do Sankofa, foi possível identificar outros símbolos adinkras nos elementos arquitetônicos analisados, evidenciando forte presença da cultura africana nas construções coloniais de São

Cristóvão/Se. Embora, sua origem e significados ainda sejam pouco conhecidos e valorizados, eles marcam a continuidade de uma história e cultura que resiste à invisibilidade e a apagamentos históricos.

O levantamento de campo permitiu a identificação de símbolos adinkra em 5 (cinco) das 11 edificações inscritas no tombamento da UNESCO, enumeradas conforme a Figura 6.

Figura 6: Identificação de símbolos adinkra no perímetro de tombamento da UNESCO



Fonte: Autoras, 2025.

A Igreja e Convento São Francisco de Assis (edificação número 1 da Figura 6) possui o adinkra Sankofa em seus quatro (4) gradis no acesso principal e o adinkra Nsoromma no guarda-corpo da nave da igreja (Figura 7).

Figura 7: a) Sankofa e b) Nsoromma¹



Fonte: Autoras, 2025.

A residência identificada como edificação número 2 da Figura 6 apresenta o adinkra Ahoden² nos gradis de suas duas portas de acesso para pedestres e nos gradis de suas oito (8) janelas

¹ "Filha do céu. Cria do Ser Supremo, depende Dele e não de mim mesma. Minha luz é o reflexo da Dele". Símbolo da fé, da lealdade e da honra de servir ao Ser Supremo (Nascimento, 2022).

² Símbolo da energia, vitalidade e força (Nascimento, 2022).

(Figura 8a), enquanto a residência identificada como edificação número 3 apresenta o adinkra sankofa nos gradis de seu portão de garagem e o adinkra Asase ye duru nos gradis de suas duas janelas e porta para pedestres (Figura 8b),

Figura 8: a) Ahoden e b) Asase ye duru³ e Sankofa



Fonte: Autoras, 2025.

A edificação número 4 possui em seus portões de entrada uma combinação de elementos que remetem aos adinkras Ahoden e sankofa (Figura 9a). Por fim, a quinta edificação com identificação de símbolo adinkra inserida no perímetro tombado pela UNESCO como patrimônio mundial da humanidade é onde atualmente funciona o Museu Histórico de Sergipe (Figura 9b), possui Asase ye duru em seus guarda-corpos das varandas do pavimento superior.

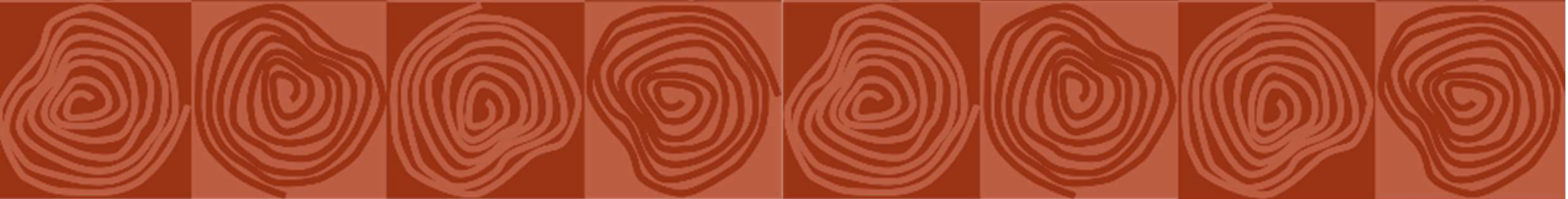
Figura 9: a) Ahoden e Sankofa; b) Asase ye duru



Fonte: Autoras, 2025.

Os registros supracitados foram identificados em diversos tipos de edificações: igreja, residências e prédios institucionais, assim, nota-se a importância da proteção realizada a partir

³ “A terra é mais pesada que o mar.” Símbolo de orientação e da proteção divinas e da sacralidade da terra mãe (Nascimento, 2022).



do tombamento construído pela Unesco, a fim de preservar os elementos históricos nos quais se insere a arquitetura. As mensagens transmitidas em cada símbolo se mantêm de forma tácita em cada edificação revelando ideais, valores e filosofias que resistem ao tempo, bem como as mudanças culturais e históricas.

A presença dos símbolos adinkras no patrimônio edificado indica que os elementos arquitetônicos se inserem no tempo e espaço, transmitem valores sociais e culturais que precisam ser lidos contextualmente. Por isso, fez-se necessário uma análise afrocentrada dos elementos identificados para compreendê-los a partir de perspectivas endógenas, ainda que reconheçamos que o fenômeno da diáspora africana provocou uma hibridização cultural, os dados encontrados evidenciam que os símbolos e seus significados transcenderam no tempo e se adaptaram às mudanças (Carmo, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos até o momento reforçam que a leitura da paisagem urbana do Centro Histórico de São Cristóvão/SE, especialmente daquela protegida pela Unesco, não pode prescindir da dimensão afrodescendente que marcou, e ainda marca, a formação da sociedade local. O mapeamento de elementos arquitetônicos que dialogam formalmente com símbolos Adinkra evidencia que parte das cosmologias africanas permanece inscrita no sítio urbano, ainda que de forma sutil, por vezes invisibilizada pelas narrativas patrimoniais hegemônicas. Ao reconhecer tais inscrições como possíveis vestígios de memórias negras na paisagem colonial, o estudo contribui para tensionar leituras eurocentradas do patrimônio edificado e para fortalecer perspectivas plurais, afrocentradas e comprometidas com a justiça cognitiva.

Embora preliminares, as análises indicam que há um campo fértil para aprofundar a investigação e ampliar a visibilidade de contribuições tecnológicas, estéticas e simbólicas africanas na arquitetura brasileira. Assim, mais do que identificar sinais gráficos e suas correspondências com os símbolos Adinkra, este trabalho reafirma a importância de revisitar criticamente o patrimônio, valorizando saberes historicamente subordinados e reconhecendo a presença negra como constitutiva da paisagem do patrimônio mundial em São Cristóvão. Espera-se que este artigo incentive novas pesquisas, práticas de preservação e políticas de gestão patrimonial que acolham a diversidade cultural que compõe o cenário urbano protegido e promovam a democratização dos processos de significação e cuidado com a memória coletiva.

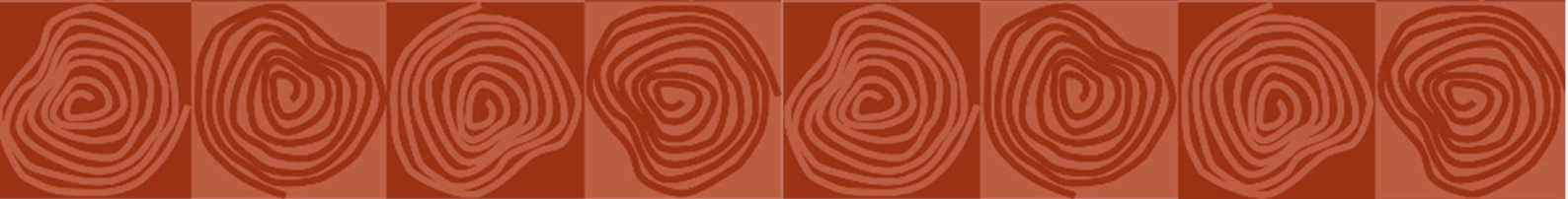
REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity: The Theory of Social Change**. Chicago: African American Images, 2009.

_____. Molefi Kete. **Kemete, afrocentricidade e conhecimento**. Editora Ananse, 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**: institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Homologado em 19 de maio de 2004.



Brasília: CNE/MEC, 2004. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CARMO, Eliane Fátima Boa Morte do. **História da África nos anos iniciais do Ensino**

Fundamental: os Adinkra. Salvador: Artegraf, 2016. 192 p. Disponível em:

<https://ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/Eliane_Fati_ma_Boa_Morte_Do_Carmo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988.

IPHAN. **Dossiê de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial: São Cristóvão (SE)**. Brasília:

IPHAN, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **THOTH**: escriba dos deuses. Thot, Brasília, n. 1, p. 1–285, jan-abril, 1997.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos. **Adinkra**: Sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **O período das artes práticas**: a química ancestral africana. Revista Debates em Ensino de Química, v. 6, n. 1, p. 4-15, 2020.